

# MIGRAÇÃO, CONTROLE POLÍTICO E LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO NO INÍCIO DO SÉCULO

Isabel Cristina Martins Guillen\*

**E**xtensos campos de soja dominam a atual paisagem sul-matogrossense. Cada palmo de terra tem dono, aliás, as terras mais caras do país. No entanto, Mato Grosso já figurou no imaginário social como um lugar de amplos espaços vazios, desocupado em grande parte até a década de quarenta. Sobretudo a partir da década de cinquenta a especulação desenfreada com as terras tomou as manchetes dos jornais, e praticamente desapareceram as terras devolutas. Estas imagens nos fazem pensar que no início do século realmente era uma região desocupada. Contudo, suas terras eram já palco de lutas acirradas envolvendo diretamente a política partidária estadual quanto à melhor forma de para lá levar o progresso e a civilização que o Estado carecia, ou seja, como se abrir o sertão à expansão capitalista. É nesta história que estamos interessados.

A ocupação das terras na região sul de Mato Grosso, no final do século XIX e primeiras décadas do XX, foi um processo repleto de lutas e conflitos. Já em meados do século XIX, não se transitava mais em terra de ninguém.

A história da região teve dois momentos distintos. O primeiro, marcado pelos criadores que migraram de Minas Gerais para os campos do Xerez, ou Vacaria, processo dominante até a Guerra do Paraguai. Neste período não houve muitos conflitos pela terra, devido à abundância da mesma e pelas dificuldades da vida numa região ainda muito desabitada.

Ao final da Guerra da Tríplice Aliança, intensifica-se a extração da erva-mate nativa nas matas ao sul do planalto de Amambai. Aos poucos, pequenos ervateiros vão sendo alijados pela Companhia Matte Larangeira que, através de sucessivos contratos de arrendamento das terras com o governo estadual, passa a exercer o monopólio sobre a extração da erva-mate e, em consequência,

controlar toda a terra da região, ou seja, mais de dois milhões de hectares. No decorrer dos anos, a Companhia Matte Larangeira desenvolveu na região a indústria extrativa da erva-mate, utilizando um dos mais brutais sistemas de escravidão por dívida; seus trabalhadores, em sua grande maioria arregimentados no Paraguai, viviam permanentemente endividados nos armazéns, e a fuga do erval era frequentemente punida com a morte. Por determinação contratual, apenas a Companhia Matte Larangeira poderia elaborar erva-mate na região, determinando e controlando o estabelecimento de quem quer que fosse em seus domínios. Já no século XX, construiu duas pequenas cidades encravadas no sertão, Guairá e Campanário, com todos os confortos possíveis para seus dirigentes e administradores.<sup>1</sup>

Assim, ao finalizar o século XIX, os espaços em Mato Grosso não eram mais vazios. Constituíam o domínio da Companhia Matte Larangeira, e sobre as terras e ervais ela procurava exercer controle férreo. Justamente o momento em que, em meados de 1890, uma forte corrente migratória gaúcha para lá se dirigia:

*“juntei o que me pertencia: a mulher, três filhos, quaranta animais cavaleares, uma carreta e uma quarteada de bois mansos, e me larguei na estrada rumo ao Paraguai; atravessei o território das missões argentinas, nas proximidades de Encarnación; entrei no Paraguai e procurei o rumo de Vila Rica mas lhe digo - dali em diante a coisa foi dura: fui alcançando outros patricios, muitos deles sem recursos de boca - porque naquelas paragens havia uma pobreza medonha: não se encontrava o que se comprar, mesmo com dinheiro no bolso -, passava-se fome. Fomo-nos juntando e viajando, uns socorrendo aos outros, mas todos indistintamente, passando necessidades, até que em certo ponto, onde havia uma boa mata e um campestre com*

*boa aguada, resolvemos parar e fazer roças. Ficamos mais de oito meses, municinando-nos de viveres e engordando os animais, para depois continuarmos, picada afora, na estrada chamada Palomar, até as imediações de Turim, onde já se avistava o Brasil novamente. Logo adiante, já em território brasileiro, acampado e fazendo moradia, estava o Adão de Barros; mais para frente foram ficando outros companheiros de viagem, todos alegres porque estavam pisando terra brasileira; com o indescritível contentamento, até os ares nos pareciam diferentes.”<sup>2</sup>*

Os gaúchos foram chegando e ocupando terras consideradas devolutas. Estabeleceram pequenas ranchadas para criação de gado, aproveitando os campos naturais. Avolumaram-se, na mesma medida em que se propagava a imagem dos amplos campos da Vacaria, semelhantes em muitos aspectos aos pampas. No entanto, essas terras que pareciam ser a solução para muitos gaúchos sem terras, ou que desejavam refazer suas vidas não eram propriamente devolutas, ou melhor, desocupadas. Pertenciam, contratualmente, à Companhia Matte Larangeira. De imediato se instaura o conflito: A Matte Larangeira procura expulsar os que se estabeleciam em seus domínios, enquanto os gaúchos, e outros posseiros, resistiram durante décadas à expulsão.

Segundo Valmir Corrêa, os gaúchos traziam consigo uma experiência revolucionária oriunda da revolução federalista, o que lhes possibilitava influir politicamente na região sul do Estado (Corrêa, 1982). Importa destacarmos que a corrente migratória gaúcha constituía um ponto de forte tensão na política da Companhia que pretendia controlar toda a região, pois os gaúchos desejavam acima de tudo a propriedade da terra. Dessa forma, a política de manutenção dos espaços vazios levada a efeito pela Companhia começa a ser confrontada na prática

por posseiros que se instalavam na área do arrendamento. Nas fimbrias do poder da Companhia Matte Larangeira situava-se uma multidão dispersa de posseiros, **changa-y**,<sup>3</sup> e pequenos proprietários que cotidianamente enfrentavam o monopólio legal das terras ervateiras.

Ao mesmo tempo, na esfera político-partidária, a Companhia e os gaúchos se enfrentavam em torno do domínio das terras.<sup>4</sup>

## A formação e o poder da Companhia Matte Larangeira

Iniciada após a Guerra da Tríplice Aliança, a exploração dos ervais nativos foi concedida a Thomaz Larangeira pelo governo imperial em 1882. A erva-mate extraída em Mato Grosso era vendida a Francisco Mendes & Cia, sediada em Buenos Aires e destinada a beneficiar e comercializar erva-mate no mercado platino.

Thomaz Larangeira não foi o único a pretender explorar os ervais nativos da região. Alguns pequenos ervateiros já os exploravam sem a preocupação de legalizar suas atividades em terrenos devolutos. Fica claro que, ainda que não facultada livremente, a exploração dos ervais nativos não era monopólio de Thomaz Larangeira. No entanto, muitos pretendentes não conseguiram levar adiante suas atividades devido aos favorecimentos obtidos dos chefes políticos locais, como o General Antônio Maria Coelho, presidente da província. Em 1890, ampliou a zona arrendada a Thomaz Larangeira, assegurando por lei seus direitos contra outros concorrentes, ao mesmo tempo em que ordenava a expulsão de intrusos que estivessem elaborando erva-mate na região. A Companhia Matte Larangeira foi estendendo seus domínios, controlando a região a oeste do Rio Brilhante, até a fronteira com o Paraguai, e ao sul do planalto do Amambai, até o Ivinhema, afluente do Paraná. Contrato após contrato, a Matte adquiriu o direito legal de exercer o monopólio da extração da erva-mate.<sup>5</sup>

Durante os cinquenta anos de seu domínio, a Companhia foi acusada de se constituir num Estado no Estado pois, além de ter uma renda maior do que a de Mato Grosso, e de em certos períodos ser sua credora, tinha plenos poderes na região onde se instalara. Entrementes, a validade do monopólio era seriamente questionada, bem como

as contribuições que efetivamente traria para o progresso da região ervateira, principalmente diante da migração gaúcha que se avolumava a todo dia.

Quando a Companhia, em 1907, tenta consolidar seu poder com uma nova proposta de arrendamento, sofre oposição sob a argumentação de que tal fato se constituiria “na proibição do povoamento da região da serra acima do sul do Estado, medida que, além de não consultar o interesse geral, reveste-se de um caráter profundamente odioso e injusto, pois que a importante corrente migratória, que cada vez mais se avoluma nesta região, sofreria deste modo violento choque de efeitos contrários ao público interesse.”<sup>6</sup>

A migração gaúcha preocupava os coronéis de Cuiabá, principalmente os Murtinhos que preferiam ver a região submetida ao poder da Matte, por favorecer

“altos interesses do Estado, tanto no presente como no futuro, (...) ainda viria facilitar a solução de um temeroso problema, que não pode deixar de preocupar a alta administração do Estado. Aludo à imigração rio-grandense que, de dia a dia vai se avolumando e estendendo pelo sul do Estado, onde os adventícios tratam logo de ocupar terrenos devolutos pela facilidade que encontram, e que faz prever que, dentro de mais alguns anos, essa colônia dominará, pelo seu número e extensão, toda aquela região, constituindo por assim dizer, um Estado no estado. E como o governo estadual, atenta a grande distância da sua sede para ali, e a dificuldade de comunicação, não terá meio para fazer sentir a sua ação, a consequência será a possibilidade de frequentes sedições, ou ao menos de resistência ou desacato ao poder constituido. Daí a palpável conveniência de certos centros de resistência àquela poderosa expansão, o que proporcionaria muito naturalmente e sem geral suspeita, o estabelecimento das empresas que se propunham fundar a Comp<sup>a</sup> Larangeira; e seriam exploradas por uma companhia sucessora, organizada com capitais ingleses, pois as terras devolutas cedidas por compra ou arrendamento passariam a ser ocupadas pelo pessoal da sociedade anônima e assim estariam à mercê dos primeiros ocupantes da corrente migratória rio-grandense, que teriam de respeitar a posse mantida por uma companhia estrangeira poderosa que no caso de conflito, poderia provocar por via diplomática, a interven-

ção federal. Ocorre assim, que a nova Companhia tinha também em vista custear uma força armada criada pelo Estado para operar o policiamento da região em que tivessem de estabelecer as empresas. No entanto, é provável que por causa do receio de ser mal recebida pelos rio-grandenses a concessão requerida, fosse ela indeferida, quando sua outorga conjuraria o perigo iminente, que assim continuará a ser o pesadelo da alta administração estadual.”<sup>7</sup>

Esta famosa carta de Murtinho comprova que a corrente migratória oriunda do Rio Grande do Sul constituía uma fissura ao poder disciplinar da Companhia, bem como aos interesses dos Murtinhos, que se sentiam ameaçados econômica e politicamente pela migração gaúcha. Renitentes quanto ao objetivo de conseguir terras na região, os gaúchos se instalavam nos domínios mais recônditos da Companhia. Os conflitos entre os gaúchos e a Companhia remontam ao início do século, pregando a divisão do Estado como solução para o desenvolvimento da região sul e a possibilidade de fragmentar a região dos ervais em pequenas propriedades. A história política de Mato Grosso foi marcada pela presença constante dos líderes gaúchos em movimentos separatistas, e pelas discussões envolvendo os contratos de arrendamento dos ervais à Matte Larangeira.

Parecia que os gaúchos constituíam uma séria ameaça não só à Companhia, mas ao poder instalado em Cuiabá, como a carta de Murtinho comprova, por pregarem a divisão do Estado. Isto significava poder gerir a vida política da região ou, em outras palavras, determinar sobre o arrendamento das terras ervateiras. O debate em torno do arrendamento das terras ervateiras e o impedimento ou não do estabelecimento dos gaúchos na região dominou toda a política estadual até a década de quarenta, colocando sempre em lados opostos os favoráveis ao arrendamento das terras à Companhia, contra os que advogavam a formação de pequenas propriedades, reconhecendo o direito de compra das terras para os posseiros há muito instalados na região dos arrendamentos.

Os conflitos que atingiam o âmbito político exigiam uma solução negociada. Na década de dez houve um “acordo” entre as partes politicamente em conflito, possibilitando aos posseiros o reconhecimento legal de suas posses, ou seja, poderiam comprar as terras que ocupavam há anos. Apesar de se proclamar o fim do monopólio e a vitória

dos gaúchos e posseiros, mantinha-se a maior parte das terras sob o domínio da Matte através de arrendamentos, impedindo legalmente o reconhecimento de novas posses, ou a compra de glebas no interior da área arrendada. Muitos processos pelo reconhecimento de posse acirraram os ânimos contra a Matte, que buscava dificultar o acesso dos migrantes à terra, e impunha repetidas restrições legais nos processos de reconhecimento de posse.

As décadas de vinte e trinta estão pontilhadas de conflitos pela terra, de ocupações e expulsões. A Companhia podia sentir que era impossível controlar o estabelecimento dos gaúchos na terra, o que evidentemente não implicava no reconhecimento de uma coexistência pacífica. Durante toda a década de 30, os conflitos pela terra dão a tônica da história social da região. Para a Companhia, importava dificultar ao máximo o reconhecimento dos direitos de compra de antigos posseiros objetivando expulsá-los das terras. É nesse contexto que em Ponta Porã se organizou um movimento visando acabar com os arrendamentos, e fragmentar os ervais em pequenas propriedades, e que culminou em ataques aos ranchos ervateiros da Companhia, liderados por Christiano Ortt, que há anos tentava em vão obter o reconhecimento de posse.<sup>8</sup>

O movimento de integração do sertão proposto pelo Estado Novo através da Marcha para o Oeste, em Mato Grosso continha em seu cerne uma resistência semi-secular ao domínio da Companhia Matte Larangeira. A forma como se deu a integração desse sertão comporta, no seu modo de ser, o movimento de resistência e de luta pela terra.

Para Foweraker, a história legal da terra no sul de Mato Grosso, em comparação com o Oeste do Paraná, teria sido “mais pacífica e menos sujeita aos conflitos de modo geral”, chegando mesmo a afirmar que na região teria havido uma “relativa ausência de conflitos”. As razões apontadas passam, evidentemente, pelo monopólio da Companhia Matte Larangeira, que usou de sua força policial para manter os colonos fora de suas terras pelo uso da violência em muitos casos; o ritmo lento do povoamento; a falta de concessão de terras litigiosas a empresas ferroviárias, e a quantidade de terra disponível que, “sendo abundante, era barata, havendo poucos motivos para se lutar por ela”.

Isto não torna a história legal da terra em

Mato Grosso “mais pacífica e menos sujeita aos conflitos”. Uma grande parcela dos migrantes desejava a estabilidade na terra, para se dedicar não exclusivamente à ervamate, mas também à criação de gado e à agricultura. Ou seja, pretendiam refazer suas vidas naquela região. Uma estratégia utilizada pela Companhia Matte Larangeira, quando já não mais podia impedir a venda de terras, foi cooptar os pequenos proprietários como seus fornecedores, uma vez que detinha praticamente sozinha o aparato de circulação e distribuição da ervamate.

Por outro lado, Foweraker aponta como fator decisivo para a não distribuição de terras no sul de Mato Grosso a necessidade de manter intacto o **status quo** dos políticos de Cuiabá, tendo-se por base a tradicional animosidade entre o sul e o norte, lembrando que em diversos momentos de sua história romperam movimentos que visavam separar o sul do Estado. Ainda para Foweraker:

“as terras (...) eram eleitoralmente importantes, e quanto mais longe prosseguisse o povoamento da fronteira, mais a balança política se inclinaria para o sul e maior seria a representação por ele alcançada. A partir de 1930, o povoamento da terra é politicamente vantajoso para o sul e ameaça a sobrevivência dos políticos do norte, que trabalham para sabotá-lo. Naturalmente, o povoamento é também uma questão política no sentido mais amplo, visto que tantos políticos do norte como do sul tinham pretensões especulativas sobre a terra - como em todo o Brasil - sendo a maioria das pressões exercidas não em função de rivalidades regionais, mas com finalidades lucrativas.” (Foweraker, 1982, p. 137).

Em Mato Grosso, dificultou-se enormemente a transformação da posse da terra em propriedade; a implantação da Colônia Agrícola Federal de Dourados em 1946 não dissimulou a especulação com a terra após o término do contrato de arrendamento dos ervais com a Companhia Matte Larangeira. Até 1940, a terra estava concentrada em mãos de poucos proprietários; mais do que isso, as propriedades do município de Ponta Porã abarcavam um pouco mais de 1 milhão de hectares, sendo o restante área do arrendamento.

No emaranhado tecido pelo imaginário do sertão, uma outra trama se sobrepõe: a luta dos posseiros pela legalização de suas terras, as estratégias definidas pela Compa-

nhia para cooptá-los como pequenos produtores sob seu domínio, e a luta dos renitentes **changa-y** na elaboração clandestina dos ervais da Companhia. Indícios de que a resistência à política dos espaços vazios era cotidiana, e que se almejava um outro destino para o progresso da região.

\* Isabel Cristina M. Guillen é Pesquisadora do Deptº de História Social da Fundação Joaquim Nabuco e Doutoranda em História na UNICAMP.

## NOTAS

- 1 - Para uma história da Companhia Matte Larangeira ver: (Arruda 1989; Guillen, 1991).
- 2 - Relato de Constantino de Almeida feito a Astúrio Monteiro de Lima (Monte, 1985, p.43).
- 3 - Elaborador clandestino de ervamate.
- 4 - Grande parte da história política de Mato Grosso até 30 está perpassada pela “Questão Matte”, ou seja, pelo controle sobre as terras e sobre a migração na região sul (Corrêa Filho, 1926 ; 1969).
- 5 - Gilmar Arruda atenta para as modificações paulatinamente inseridas nas cláusulas contratuais que se referiam aos direitos dos que já elaboravam erva na região, e dessa atividade garantiam sua sobrevivência. Ao analisar as cláusulas, Arruda afirma que “a empresa conquista o poder de polícia e vigilância sobre todas as terras do contrato. Passa a contar também com a possibilidade de legislar ou conceder direitos aos outros. A defesa da propriedade, através de violência legítima, deixa de ser exclusividade do Estado” (Arruda, 1989).
- 6 - A Proposta da Companhia e o parecer da Assembléia legislativa foram publicados no Jornal **O Mato Grosso**, Cuiabá, 05.07.1912.
- 7 - Carta de Manoel Murinho a Generoso Ponce, do Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1907. (Corrêa Filho, 1951, p.118).
- 8 - Para a história de Christiano Ortt na luta pela terra em Mato Grosso ver: (Guillen, 1991).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Gilmar. (1989) *Frutos da Terra. Os Trabalhadores da Matte Larangeira*. Assis, UNESP, dissertação de mestrado em História.
- CORRÊA FILHO, Virgílio Alves. (1926) *A Sombra dos Hervaes Mattogrossenses*. São Paulo Ed. Ltda.
- (1951) *Joaquim Murinho*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1951, pag. 118.
- (1969) *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- CORRÊA, Valmir Batista. (1982) *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1890-1940)*. São Paulo, FFLCH - USP, Mimeo. pp. 57.
- FLOWERAKER, Joe. (1982) *A Luta pela Terra. A Economia Política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. (1991) *O Imaginário do Sertão. Lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira. Mato Grosso, 1890-1945*. Campinas, Dissertação de Mestrado em História na UNICAMP.
- LIMA, Astúrio Monteiro de. (1985) *Mato Grosso de outros tempos. Pioneiros e Heróis*. São Paulo, Editora Soma, p. 43.